

DIRECÇÃO DE ANTÓNIO NÓVOA
REITOR DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX

VOLUME II

COORDENAÇÃO:
SÉRGIO CAMPOS MATOS
JORGE RAMOS DO Ó

PREFÁCIO:
António Nóvoa

AUTORES:
Pedro Barros, Ricardo de Brito, Maria Margarida Barradas Calado,
Pedro Calafate, Ana Carneiro, Ana Simões, Luís Miguel Carolino,
João F. Couvaneiro, José Pedro Sousa Dias, Maria Paula Diogo, Hugo Soares,
Nuno Estêvão, Hugo Ferrão, Maria Rita Lino Garnel, Pedro Barbas Homem,
Luís Prista, Justino de Magalhães, Carlos Alberto Medeiros,
Gonçalo Sampaio e Mello, José M. Guedes de Sousa,
António de Vasconcelos Tavares

L I S B O A :
TINTA-DA-CHINA
M M X I I I

Esta obra é publicada no âmbito
das Comemorações dos Cem Anos
da Universidade de Lisboa, cuja coordenação
esteve a cargo de José Pedro Sousa Dias.

Edição apoiada pela
Fundação Calouste Gulbenkian

*Este livro integra uma edição em dois volumes
e não pode ser vendido separadamente.*

©2013, Universidade de Lisboa
e Edições Tinta-da-china
Rua João de Freitas Branco, 35 A
1500-627 Lisboa
Tels.: 217269028/9 | Fax: 217269030
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX* (Volume I)

Coordenação: Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó
Prefácio: António Nóvoa
Autores: Pedro Barros, Ricardo de Brito, Maria Margarida Barradas Calado,
Pedro Calafate, Ana Carneiro, Ana Simões Luís Miguel Carolino,
João F. Couvaneiro, José Pedro Sousa Dias, Maria Paula Diogo, Hugo Soares,
Nuno Estêvão, Hugo Ferrão, Maria Rita Lino Garnel, Pedro Barbas Homem,
Luís Prista, Justino de Magalhães, Carlos Alberto Medeiros,
Gonçalo Sampaio e Mello, José M. Guedes de Sousa,
António de Vasconcelos Tavares

Revisão: Sofia Söndergaard
Capa e composição: Edições Tinta-da-china

1.ª edição: Março de 2013
ISBN: 978-989-671-145-0
Depósito Legal: 352901/12

O Instituto de Ciências Sociais

Nuno Estêvão Ferreira

Quando foi criado, em 1982, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) transportava já uma história institucional de duas décadas. O diploma fundador limitou-se a conferir estatuto legal a uma pré-existente unidade de investigação, integrando-a na Universidade de Lisboa. Desde 1962 que o Gabinete de Investigações Sociais (GIS) desenvolvia uma vasta actividade no domínio das ciências sociais, do ponto de vista editorial, com destaque para uma prestigiada publicação periódica, *Análise Social*, e no plano da formação de quadros especializados para o exercício de funções docentes no ensino superior em Lisboa.

A compreensão da transformação do GIS em ICS requer a observação da estratégia de Adérito Sedas Nunes (1928-1991)¹ sobre o enquadramento académico da sociologia, desde finais da década de 1950, e a articulação por ele estabelecida com o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) e o Instituto de Estudos Sociais (IES)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). É esse contexto mais vasto que explica a vastidão do trabalho desenvolvido entre 1962 e 1982 e justifica uma simples transformação institucional, desde sempre pretendida pelos principais responsáveis do GIS, mas apenas possibilitada na sequência da transição democrática em Portugal. A matriz cultural mais vasta em que se enquadra a criação do GIS é constituída pelo cruzamento entre o cristianismo social de feição reformista da década de 1950 e a «segunda arrancada corporativa» do pós-guerra, ou pelas limitações e contradições que o corporativismo significara para a geração de economistas que acompanhara Sedas Nunes num percurso entre a Juventude Universitária Católica (JUC), o Gabinete de Estudos Corporativos (GEC) e, finalmente, o GIS.

¹ Sobre o autor: NUNES, Adérito Sedas, «Histórias, uma história e a História — sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal», *Análise Social*, 100, 1988, pp. 17-19; *A Universidade Técnica de Lisboa e os seus Mestres. Notas biobibliográficas*, Lisboa, 1956, pp. 485-87; NUNES, João Sedas, «Adérito Sedas Nunes: a brief portrait», *International Sociology: Journal of the International Sociological Association/Association Internationale de Sociologie*, vol. 9, 4, 1994, pp. 503-06; MÓNICA, Maria Filomena (sel.), *A. Sedas Nunes. Antologia sociológica*, Lisboa, 2000; BARRETO, José, «Adérito Sedas Nunes e o bispo do Porto», *Análise Social*, 182, 2007, pp. 11-33.

Criação

Em Fevereiro de 1982 foi criado na Universidade de Lisboa o Instituto de Ciências Sociais (decreto-lei n.º 46/82, de 10 de Fevereiro). Directamente dependente da Reitoria da Universidade e com personalidade jurídica, consistia num organismo interdisciplinar de investigação e formação científicas, sendo dotado de autonomia administrativa e científica. As suas finalidades consistiam: (i) no fomento das ciências sociais no sentido de um conhecimento «cada vez mais perfeito da sociedade portuguesa, nas suas estruturas, funcionamento, história e evolução contemporânea e dos seus problemas de desenvolvimento e transformação social» (art.º 3.º alínea a); (ii) no apoio a prestar a outras instituições de ensino superior para a realização de estudos e acções de formação; e (iii) na colaboração com organismos internacionais no âmbito das ciências sociais.

Entre as competências específicas do ICS destacava-se: o desenvolvimento de projectos de investigação fundamental ou aplicada, mediante protocolos com entidades públicas ou privadas, incluindo a realização de estudos que lhe fossem requeridos por quaisquer tipo de organizações; a formação científica de investigadores e docentes de ciências sociais na Universidade de Lisboa ou noutras instituições; a organização de cursos e seminários de aperfeiçoamento e actualização de conhecimentos, assim como a promoção, directa ou em parceria, de cursos seminários ou colóquios sobre problemas situados no âmbito do Instituto; a actividade editorial para a publicação de trabalhos científicos, incluindo periódicos o estabelecimento de contactos regulares com organismos similares ou afins estrangeiros ou internacionais.

Para além de ficarem definidos os principais órgãos de gestão (directoria, conselho científico e conselho de gestão), era fixado um quadro de pessoal de investigação, de acordo com cinco categorias (investigador-coordenador, investigador-principal, investigador-auxiliar, assistente de investigação e estagiário de investigação) e serviços administrativos ou de secretariado.

No preâmbulo do diploma era reconhecida a meritória actividade do GIS, tanto no plano das investigações em ciências sociais, como na preparação de pessoal especializado nesse domínio e afecto à docência universitária. As ciências sociais, aliás, eram consideradas como «instrumento indispensável ao conhecimento válido e fundamental da própria sociedade», sobretudo no pós-guerra, quando os cursos universitários de sociologia haviam obtido um inegável incremento na Europa. No fundo, a criação do ICS correspondia ao aproveitamento de um vasto capital científico e à sua rentabilização, por intermédio de um conjunto de

condições estruturais que eram possibilitadas pela integração na Universidade de Lisboa.

Em 1982, a criação do ICS consistia numa segunda tentativa de institucionalização do GIS, após um primeiro ensaio, sem sucesso, em 1979. Durante o governo de Maria de Lourdes Pintasilgo (1979-1980), havia sido publicado um diploma (decreto-lei n.º 519/N2/79, de 29 de Dezembro) que integrava o GIS, não na Universidade de Lisboa, mas no Ministério da Cultura e da Ciência, tutelado precisamente por Adérito Sedas Nunes. O novo organismo, já sob a denominação que viria a adquirir em 1982, seria colocado na dependência da Secretaria de Estado da Ciência. Nos termos do diploma, a integração não seria a título definitivo, uma vez que poderia vir a ser colocado na esfera do, então previsto, organismo coordenador da investigação científica universitária, a ser criado no âmbito do Ministério da Educação.

Mais extenso que em 1982, o relatório prévio a este acto legislativo situava a emergência das ciências sociais no pós-guerra, sobretudo nas sociedades democráticas, contextos propícios à aquisição de um autoconhecimento «tão claro e profundo quanto possível». Não era de estranhar, portanto, a criação em Portugal, desde Abril de 1974, de licenciaturas em Sociologia, de departamentos ou núcleos de ciências sociais e de formas de ensino especializado nessas áreas em diferentes instituições de ensino.

Ainda nos termos do preâmbulo do diploma de 1979, a génese do GIS, porque anterior à transição democrática, ocorrera numa conjuntura manifestamente adversa, com o regime ditatorial a manifestar «grandes reservas» relativamente às ciências sociais, «obstando na prática ao seu desenvolvimento, quer no campo do ensino, quer no da investigação». O mais significativo segmento da sua ainda curta história havia sido estabelecido durante o Estado Novo. No entanto, tinha sido possível criar estruturas, preparar pessoal especializado e desenvolver um património científico que importava aproveitar no momento de institucionalizar um organismo interdisciplinar destinado à investigação e à formação em ciências sociais.

Com a formação de um novo governo no início de 1980, na sequência da dissolução do parlamento e das eleições legislativas antecipadas do final do ano anterior, este diploma ficaria sem qualquer efeito ou tradução prática. Apenas dois anos volvidos, com uma eleição parlamentar (1980) e três governos (Sá Carneiro e outros dois liderados por Pinto Balsemão) de permeio, é que o ICS seria uma realidade.

Entre 1979 e 1982 permanecia em aberto a fragilidade institucional do GIS. Aliás, desde a revolução de 1974 que a legitimidade do GIS suscitava reservas, uma vez que havia sido marcada por algumas contradições originárias.

Criado por simples despacho ministerial de 1962, o gabinete tivera como enquadramento o plano de formação social e corporativa, cuja execução incumbia ao Ministério das Corporações e Previdência Social. Nos termos do diploma aprovado pela Assembleia Nacional do regime ditatorial e que constituía uma peça complementar da criação das corporações, pretendia-se difundir o espírito corporativo e a consciência dos deveres de cooperação social (base I), sendo, para o efeito, criada a Junta da Acção Social. Entre as competências deste novo organismo encontrava-se a criação de centros ou gabinetes de estudos sociais e corporativos, tanto nos organismos criados ao abrigo da legislação promulgada na sequência do Estatuto do Trabalho Nacional, como em estabelecimentos de natureza cultural ou educativa (Base VI/alínea c). Tinha sido precisamente ao abrigo desta disposição que o GIS havia sido instituído no âmbito do ISCEF¹.

O desmantelamento do aparelho corporativo e a recusa do ideário subjacente após 1974 acentuaram a fragilidade do instrumento originário (despacho ministerial) e, sobretudo, as profundas contradições que encerrara entre 1962 e 1974. Em face das reservas do Estado Novo perante a Sociologia, o principal mentor do GIS, Adérito Sedas Nunes, recorreu ao sistema corporativo, com o qual entrara em rota de colisão conceptual e institucional, para promover investigações naquele emergente campo científico de inícios da década de 1960.

Aliás, subordinado à referida Junta da Acção Social encontrava-se, desde 1956, o Centro de Estudos Sociais e Corporativos (CESC), que funcionava junto do gabinete do ministro das Corporações e que havia sido criado pelo mesmo plano de formação social e corporativa que possibilitaria o GIS. Destinava-se ao estudo dos princípios corporativos e dos problemas suscitados pelo seu funcionamento, bem como das questões colocadas pelo regime laboral, pela organização empresarial e pelo sistema de previdência.

O seu primeiro director havia sido precisamente Sedas Nunes, entre 1957 e 1959. A sua demissão fora suscitada pela recusa da tutela em corresponder a um projecto seu: lançar uma revista para difusão da produção científica dos membros do CESC. Em 1962, Sedas Nunes iria recorrer à mesma estrutura (plano de formação social e corporativa) para criar um centro de investigações (GIS) dotado de um periódico (*Análise Social*) para divulgação das suas actividades científicas, centradas na Sociologia e no respectivo potencial para abordagem e problematização do desenvolvimento social e económico em Portugal.

1 O plano de formação social e corporativa e as bases das corporações foram aprovados pelas leis n.º 2085 e 2086, de 17 e 20 de Agosto de 1956.

Antecedentes

Uma geração desenvolvimentista formada no catolicismo e no corporativismo

Em 1962, o GIS constituiu uma iniciativa de Adérito Sedas Nunes com apoio institucional de José Pires Cardoso, destacada personalidade da «segunda arrancada corporativa» do pós-guerra. Outra figura determinante foi o então ministro das Corporações, José João Gonçalves de Proença. Recordando esse contexto específico, Sedas Nunes refere-se mesmo a «um triângulo imprevisível e improvável», com aqueles actores sociais a constituírem os vértices, e situando-se a si próprio como o representante de uma «geração social desenvolvimentista», constituída por economistas e que se havia formado na JUC na década de 1950¹.

Logo no seu início, o GIS seria formado por Raul da Silva Pereira, Mário Murteira, Mário Pinto e Alfredo de Sousa, para além de José Pires Cardoso e Sedas Nunes. Pouco depois, também Mário Cardoso dos Santos e Manuela Silva vieram a integrar o gabinete. Este grupo caracterizava-se pela preponderância dos economistas com trabalhos de investigação realizados no GEC e, sobretudo, pela pertença à «geração social desenvolvimentista» que, nos meios universitários católicos, protagonizara um «projecto comum de mudança e melhoria social»². Apesar de José Pires Cardoso ter sido o director formal do GIS, a efectiva liderança dos trabalhos foi logo desde o início confiada a Adérito Sedas Nunes, que, entre 1973 e 1990, assumiria formalmente a direcção do gabinete e da revista, a *Análise Social*.

Maria de Lourdes Pintasilgo e Sedas Nunes foram os responsáveis máximos pelo I Congresso da JUC (1953), dedicado às relações entre «O pensamento católico e a Universidade». Ambos eram presidentes gerais dos organismos feminino e masculino da JUC. Outros membros do GEC marcaram presença naquele evento. Referimo-nos a José Pires Cardoso, responsável por uma das sessões plenárias. Francisco Pereira de Moura apresentou uma comunicação, Manuela Silva integrou, com Sedas Nunes, a Comissão de Elaboração de Inquéritos, para além de ter sido relatora de uma sessão parcial. Valentim Xavier Pintado, na qualidade de ex-presidente geral da JUC, foi considerado membro de honra do congresso. No âmbito desta iniciativa, Sedas Nunes viria a dirigir o inquérito à vida universitária portuguesa, em

1 NUNES, Adérito Sedas, «Histórias, uma história...», pp. 17-19.

2 Idem, *idem*, pp. 50-51.



Fig. 1
Adérito Sedas Nunes, principal
impulsionador da transformação
do GIS em ICS.

1952-1953. Os mesmos organismos solicitar-lhe-iam, uma década mais tarde, a colaboração para nova iniciativa¹.

Por essa altura, Adérito Sedas Nunes foi admitido no GEC, instituição que funcionava desde 1949 no âmbito do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa. O seu director, José Pires Cardoso, na ocasião professor de Direito Corporativo no ISCEF, era um destacado teorizador da «originalidade do corporativismo português» que acompanhava a, assim designada, «segunda arrancada corporativa»². Eram objectivos do gabinete, que integrava sobretudo economistas como Sedas Nunes, a realização de debates doutrinários destinados a completar a arquitectura do sistema corporativo e formar elites que integrassem os correlativos organismos. Os seus meios de acção consistiam na promoção de investigações e na realização de conferências ou cursos³.

Para a visibilidade do GEC contribuiu, principalmente, a publicação periódica *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* (1950-1961), sempre dirigida por José Pires Cardoso, e na qual Sedas Nunes viria a publicar diferentes trabalhos

até à extinção do gabinete, em 1961. Até 1952, Valentim Xavier Pintado, Francisco Pereira de Moura e Raul da Silva Pereira eram alguns dos membros da redacção da revista. Mais tarde entrariam Maria Manuela Silva, João Manuel Cortez Pinto, Mário Murteira, Mário Pinto e Alfredo de Sousa.

A institucionalização do GIS situa-se, de acordo com Sedas Nunes, na conjugação entre uma proposta de alteração estrutural do GEC e a definitiva ruptura com o corporativismo, assumida por alguns dos membros daquele organismo. Em 1962, e ao abrigo do já referido plano de formação social e corporativa, o ministro Gonçalves de Proença propusera ao director do GEC a criação de um «centro de estudos sociais e corporativos». Pires Cardoso terá apresentado como hipótese a extinção do gabinete e a transferência para a nova instituição dos seus membros e principais recursos, como a respectiva biblioteca. Neste contexto, Sedas Nunes, acompanhado por outros membros do GEC, terá recusado a designação «corporativos», dadas as implicações que comportava: «era como um cerco à nossa volta, um muro que nos encerrava no vazio e nos cortava a comunicação com o exterior (...). Já bastava de 'corporativos'»¹.

Tomando como modelo o Gabinete de Investigações Económicas do ISCEF, dinamizado por Francisco Pereira de Moura, e a sua revista, *Análise Económica*², e num contexto marcado pelo equilíbrio entre o peso institucional de José Pires Cardoso e a iniciativa política do então ministro das Corporações, foi possível dar início aos trabalhos do GIS, que funcionaria junto do ISCEF, e proceder à publicação regular da *Análise Social*.

A Sociologia nos curricula universitários e as primeiras actividades docentes de Adérito Sedas Nunes

A actividade docente de Sedas Nunes tem início em 1955, quando é admitido no ISCEF como assistente de Economia I e encarregado de regência de História dos Factos e das Doutrinas Económicas. Para além de José Pires Cardoso, também outros membros do GEC, como Pereira de Moura e Xavier Pintado, leccionavam na mesma instituição. Mário Murteira primeiro, e Manuela Silva apenas

1 I Congresso da Juventude Universitária Católica. *Boletim de Informação*, 1-5, 1952-1953; *O Pensamento Católico e a Universidade. I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica. Lisboa, 15 a 19 de Abril de 1953*, 2 vols., Lisboa, s.d.; *O Pensamento Católico e a Universidade. Livro do Congressista*, Lisboa, s.d. Sobre a sua preparação, *Situação e Opinião dos Universitários*. Inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica. Direcção Técnica de CODES. Gabinete de Estudos Projectos de Desenvolvimento Socioeconómico, Lisboa, 1967; GOMES, Adelino, «A JUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 2005, pp. 95-115.

2 CARDOSO, José Pires, *Uma Escola Corporativa Portuguesa*, Lisboa, 1949; *O Corporativismo e a Igreja*, Lisboa, 1949; *Corporativismo*, Lisboa, vol. I, «Introdução», 1950; *Questões Corporativas. Doutrina e Factos*, Lisboa, 1958.

3 «Editorial», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 1, 1950, p. 2.

1 NUNES, Adérito Sedas, «Histórias, uma história...», 1988, pp. 14-15. O Editorial do último número da revista do GEC situava a extinção do organismo no âmbito da criação de instituições dedicadas a estudos sociais junto das quatro universidades portuguesas: «A transferência do Gabinete para a Universidade Técnica», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 48, 1961, pp. 465-68.

2 Relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Investigações Económicas e à sua publicação (prévia), *Análise Económica*, 3-14, 1957-1966. Sobre o lançamento das duas iniciativas, *Economia e Finanças. Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*, vol. XXV, tomo II, 1957, pp. 704-07, e vol. XXVI, tomo III, 1958, pp. 781-86.

na década de 1970, seriam outros membros do GEC e do GIS que também ensinariam no ISCEF.

Este primeiro ciclo de docência por parte de Sedas Nunes terminaria em 1961. Manteria sempre a responsabilidade por História dos Factos e das Doutrinas Económicas. Apenas num ano lectivo (1958-1959) História Diplomática estaria a seu cargo. Regressaria em 1970, mas em circunstâncias diferentes.

A par do ISCEF, destacamos a actividade docente de Sedas Nunes no IES. Formalmente criado em 1962, no âmbito do Ministério das Corporações, o seu funcionamento efectivo apenas tem início no ano seguinte, com 1085 alunos. Como é referido no diploma de institucionalização (decreto-lei n.º 44 620, de 9-10-1962), os seus objectivos eram a «investigação e o ensino dos princípios informadores da política social no domínio do trabalho, da organização corporativa e da previdência». Os diplomados teriam preferência no preenchimento dos quadros do Ministério, nas instituições dependentes e nos organismos corporativos. Para aceder ao IES era necessário o curso complementar dos liceus ou de institutos médios que habilitassem ao ensino superior. Ainda assim, os candidatos que apenas possuísem o curso geral dos liceus ou equivalente submeter-se-iam a um exame de aptidão. Para além de cursos regulares, seriam realizadas acções de especialização e ciclos de conferências de nível universitário¹.

Sedas Nunes seria desde sempre professor no IES. Foi responsável por cadeiras como História das Ideias Políticas e Sociais (logo em 1963), Introdução às Ciências Sociais e História dos Factos e das Doutrinas Sociais (em ambos os casos desde 1965). Também Mário Murteira leccionou neste instituto logo desde o seu início, assim como Mário Pinto e Alfredo de Sousa, membros do GIS e já presentes no GEC.

Sedas Nunes foi ainda docente de Sociologia Geral na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1959-1962 e 1964-1965), de Introdução às Ciências Sociais e de Sociologia Geral na Academia Militar (1961-1971), de Sociologia no Instituto de Cultura Superior Católico (1965-1967) e na Universidade Católica Portuguesa (1973-1982).

Entre 1901 e 1911, o *curriculum* do curso de Direito na Universidade de Coimbra tinha acolhido, de acordo com a matriz positivista, as cadeiras de Sociologia Geral e Filosofia do Direito (regida por Avelino Calisto, primeiro, e José Gabriel Pinto

Coelho, depois) e de Sociologia Criminal e Direito Penal (da responsabilidade sucessiva de Henriques da Silva, Dias da Silva e Caeiro da Mata)¹. Em meados da década de 1950, sob a responsabilidade do então ministro da Educação, Francisco Leite Pinto, seriam novamente introduzidas cadeiras de Sociologia nas universidades portuguesas, mais precisamente no Instituto Superior de Agronomia, na Escola Superior de Medicina Veterinária, no Instituto Superior Técnico, nas Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto e nas Escolas Superiores de Belas-Artes. Ao contrário do que ocorrera na primeira década do século xx, este movimento excluía as escolas de Direito e era desprovido da anterior carga positivista². Com a transformação da Escola do Exército em Academia Militar e a organização dos respectivos cursos também seriam criadas disciplinas de âmbito sociológico³.

Com a cadeira de História da Agricultura e Sociologia Rural, no curso de Agronomia, pretendia-se «melhorar a formação humanística dos futuros diplomados, por forma (...) a favorecer a sua integração nas realidades sociais do meio em que terão de (...) trabalhar». A mesma justificação era referida na criação da disciplina de Sociologia Rural no curso de Medicina Veterinária. No Instituto Superior Técnico, a cadeira de Sociologia Geral (Questões Morais e Sociais Relacionadas com a Técnica) visava alargar e completar «a cultura geral dos nossos engenheiros»⁴. Os alunos das Escolas Superiores de Belas-Artes frequentariam esta cadeira no Técnico ou nas Faculdades de Ciências.

Para além de Sedas Nunes (Ciências em Lisboa e Academia Militar), Eugénio Castro Caldas (Agronomia), Diogo e José Pacheco de Amorim (Ciências em Coimbra), José Pereira Ataíde (Técnico), António Adriano Ribeiro, António de Mendonça Monteiro e Fernando Pinto Serrão (Ciências no Porto), José Júlio Gonçalves, Maria Emília Sousa Basto e Políbio Valente de Almeida (Ciências em Lisboa), Joaquim Fiadeiro, Eugénio Tropa e Manuel Rendeiro Marques (Veterinária) foram os primeiros docentes responsáveis pelas referidas cadeiras (1955-1970)⁵.

1 Cruz, Manuel Braga da. «Para a história da sociologia académica em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, LVIII, 1982, pp. 73-119; Idem, «Sociologia». BARRETO, António, e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, vol. IX, Lisboa, 2000, pp. 466-68.

2 Decretos n.º 40 364 (de 27-10-1955, Agronomia), 40 378 (de 14-11-1955, Ciências e Técnico) e 40 844 (de 5-11-1956, Veterinária); 41 363 (de 14-11-1957, Belas-Artes). Sobre a acção de Leite Pinto como ministro da Educação Nacional (1955-1961) no que às disciplinas de Sociologia diz respeito, SILVA, Augusto da, «A sociologia em Évora», *Economia e Sociologia*, n.º 62, 1996, pp. 111-20.

3 Decreto-lei n.º 42 151, de 12-2-1959.

4 Preâmbulo dos decretos n.º 40 364 e 40 378.

5 *Anuário da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, 1953-1970; *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1955-1966; *Anuário da Universidade do Porto*, Porto, 1956-1963; *Anuário da Academia Militar [da Escola do Exército, em 1956-1958]*, Lisboa, 1956-1964; *Anuário da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1966-1970.

1 Portaria n.º 19 470, de 30-10-1962 (alterada pela portaria n.º 21 201, de 27-3-1965); decreto-lei n.º 48 429, de 11-6-1968; «Instituto de Estudos Sociais», *Análise Social*, 1, 1963, p. 141; «Instituto de Estudos Sociais», *Análise Social*, 5, 1964, p. 150; B.X., «Inauguração do Instituto de Ciências Sociais», *Estudos Sociais e Corporativos*, 9, 1964, pp. 162-63; S.C., «Primeiros diplomados pelo Instituto de Ciências Sociais», *Estudos Sociais e Corporativos*, 17, 1966, pp. 215-16.

Paralelamente, a abordagem da questão colonial fazia-se, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, com recurso a metodologias provenientes das áreas da economia, da ciência política, bem como da sociologia. A existência de uma publicação periódica, *Estudos Políticos e Sociais*, desde 1963, sob a direcção de Adriano Moreira, permitia uma maior visibilidade ao trabalho desenvolvido. Nesta escola, as cadeiras de Introdução à Sociologia, Metodologia das Ciências Sociais e História da Sociologia teriam como primeiros responsáveis Abílio Lima Carvalho, Vitorino Magalhães Godinho, Óscar Soares Barata, José Júlio Gonçalves e João Pereira Neto'. Em Outubro de 1964 foi institucionalizado em Portugal o primeiro curso superior de Sociologia, mais concretamente no Instituto Superior Económico e Social de Évora, resultante da conjugação entre as intenções da Província Portuguesa da Companhia de Jesus e da Fundação Eugénio de Almeida². Também aqui uma publicação periódica, *Economia e Sociologia* (anteriormente *Estudos Eborenses*) tinha início em 1965, sob a responsabilidade do director da escola, Lúcio Craveiro da Silva.

Para Adérito Sedas Nunes, o panorama estava, em 1963, longe de ser animador. A investigação efectuada em Portugal era incipiente, as possibilidades de formação de agentes especializados eram circunscritas e a correspondente integração profissional era limitada. Mesmo após «o prometedor impulso» do ministro Leite Pinto, persistia um círculo vicioso que ameaçava eternizar o «arranque» da Sociologia em Portugal, no sentido afirmação de um campo científico e da consolidação da produção nele efectuada³. Para proceder a uma ruptura com esta situação, a estratégia de Sedas Nunes possuía como alicerces, por um lado, o GIS, enquanto organismo orientado para a realização de investigações, e, por outro, o IES e o ISCEF, na qualidade de contextos pedagógicos.

O GIS e a Análise Social

A criação do GIS e a publicação da *Análise Social* correspondem à necessidade de proceder a «estudos sociais», de acordo com «a preocupação da objectividade e à luz de um critério científico»⁴. A 1.ª série da revista termina em 1970 (n.º 32) e con-

1 GONÇALVES, José Júlio (org.), *Criação e Reorganizações do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1906-1961)*. Lisboa, 2 vols., 1962; BARATA, Óscar Soares, «Adriano Moreira: quarenta anos de docência e acção pública», *Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*, Lisboa, 1995, pp. 15-20.

2 SILVA, António da. *Livro Branco do ISESE*, vol. 1, *Crise de 1974*. Évora, 1977, pp. 1-25; SILVA, Augusto da, «A sociologia em Évora...», pp. 111-20; Idem, *O Conde de Vill'Alba (1913-1975). Precursor dos estudos universitários em Évora*, Évora, 1999.

3 NUNES, Adérito Sedas, «Problemas da sociologia em Portugal», *Análise Social*, 3, 1963, pp. 461-62.

4 «Apresentação», *Análise Social*, 1, 1963, pp. 3-4.



Fig. 2
O primeiro número especial da *Análise Social* (1964): «Aspectos Sociais do Desenvolvimento Económico em Portugal».

to, em geral, com quatro números por ano. Os cinco números especiais publicados neste período inicial permitiram a abordagem de temas como Aspectos Sociais do Desenvolvimento Económico em Portugal (n.º 7/8 em 1964), Sociologia e Planeamento e Problemas Sociais em Portugal (n.º 9/10 em 1965), A Universidade na Vida Portuguesa (n.º 20/21 e 22/23/24, ambos em 1968), O Desenvolvimento em Portugal: Aspectos Sociais e Institucionais (n.º 27/28, 1969). Na 2.ª série da *Análise Social*, entre 1972 (n.º 33) e 1981 (n.º 69), três números temáticos, dedicados, respectivamente, à Metodologia e Epistemologia das Ciências Sociais (n.º 35/36, 1972), ao Século XIX em Portugal (n.º 61/62, 1980) e ao Movimento Operário em Portugal (n.º 67/68/69, 1981).

Os dois primeiros anos da *Análise Social* (1963-1964) inscrevem-se na perspectiva de uma abordagem de problemas sociais, onde o trabalho, o sindicalismo, a habitação, o progresso constituem vectores importantes, e que podemos considerar na óptica de uma compreensão dos «aspectos sociais do desenvolvimento económico».

Em 1965 opera-se uma modificação do perfil da revista, no sentido de alargar o seu «cunho sociológico, sem no entanto a desviar do seu interesse fulcral pelos problemas sociais»¹. Esta alteração correspondia a uma transformação em

1 Idem, 9/10, 1965, p. 3.

curso no próprio GIS. As questões metodológicas suscitadas pelos primeiros ensaios de problematização do desenvolvimento social e económico em Portugal implicavam recorrer a novos procedimentos de análise. Depois, as abordagens sociológicas da realidade significavam também a valorização de outros tópicos. Iniciava-se aqui o processo que conduziria à emergência da fundamentação epistemológica da sociologia.

A *Análise Social* constitui o primeiro elemento para a difusão das investigações realizadas pelos membros do GIS, mas não esgota a sua actividade. A formação constituiu desde o início uma preocupação central. Os seminários e cursos realizados no GIS e IES, dirigidos por sociólogos estrangeiros, correspondiam à necessidade de abrir o leque dos instrumentos de investigação, nas áreas consideradas mais relevantes. Entre 1964 e 1968, Henri Mendras, Jean-Daniel Reynaud, Viviane Isambert-Jamati, Serge Hurting e Alain Touraine abordaram problemas de sociologia rural, de sociologia das organizações, de sociologia da educação, de sociologia política e de sociologia do desenvolvimento¹. Neste mesmo período, Mendras e Reynaud dirigiram também cursos no IES, em 1967 e 1968, sobre êxodo rural e sociologia da industrialização².

Os últimos volumes temáticos da 2.ª série da *Análise Social* correspondiam às comunicações apresentadas num colóquio sobre o século XIX em Portugal (Novembro de 1979) e num seminário sobre o Movimento Operário em Portugal (Maio de 1981), em ambos os casos sob a organização de membros do GIS.

Em meados da década de 1960, a estratégia de Sedas Nunes para institucionalizar a Sociologia na Universidade conheceria um marco importante, antes-isto na já referida reconfiguração da *Análise Social* em 1965. No ano seguinte era formado o Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian junto do GIS. Nesta qualidade, José Carlos Ferreira de Almeida, Maria Eduarda Cruzeiro, Vítor Matias Ferreira, José David Miranda ou Eduardo de Freitas publicaram no periódico do gabinete. Também Marinus Pires de Lima e José Ângelo Correia terão desenvolvido investigações no mesmo âmbito. Mais tarde, seria possível estabelecer alguns protocolos com organismos do Estado de forma a recrutar outros elementos que se dedicassem por inteiro às ciências sociais.

1 «Seminário de sociologia rural», *Análise Social*, 6, 1964, pp. 336-60; FERNANDES, A. Monteiro, «Seminário de sociologia do prof. Henri Mendras», *Estudos Sociais e Corporativos*, 10, 1964, pp. 163-66; «Seminário de sociologia das organizações», *Análise Social*, 11, 1965, pp. 375-87; LIMA, Marinus Pires de, «Seminário de sociologia das organizações», *Estudos Sociais e Corporativos*, 16, 1965, pp. 123-50; «Seminário de sociologia da educação», *Análise Social*, 11, 1965, pp. 388-89; «Seminário de introdução à sociologia política», *Análise Social*, 12, 1965, pp. 560-61; HURTING, Serge, «Introdução à sociologia política», *Análise Social*, 13, 1966, pp. 74-107; LIMA, Marinus Pires de, «Seminário de introdução à sociologia política», *Estudos Sociais e Corporativos*, 17, 1966, pp. 216-17; «Curso de introdução à sociologia do desenvolvimento», *Análise Social*, 18, 1967, pp. 317-19.

2 «Sociologia da industrialização», *Análise Social*, 19, 1967, pp. 555-58.



Fig. 3 Instalações do Instituto de Estudos Sociais, no Campo Grande (1971).

Destas iniciativas resultaria o 2.º GIS, em 1969¹. Na *Análise Social* juntavam-se a Maria de Lourdes Lima dos Santos as colaborações de Joaquim Aguiar, Manuel Luís Marinho Antunes, José Manuel Rolo, Vasco Pulido Valente, João Ferreira de Almeida ou José Madureira Pinto. O 1.º GIS era confrontado com a emergência de uma nova geração de licenciados, em áreas mais variadas (como Letras, Direito ou Ciências Sociais e Políticas), e já sem a preponderância da Economia, e que se encontrava particularmente interessada em efectuar investigações e especializações em Sociologia.

Entre esta nova geração de membros do gabinete, Sedas Nunes destaca a influência exercida por José Carlos Ferreira de Almeida, tanto no plano institucional como no domínio epistemológico e conceptual. A sua formação em França permitiu ao GIS superar o «autodidactismo» que caracterizou o período inicial. Para além dos contactos institucionais que terá permitido, os seus conhecimentos teóricos e metodológicos contribuíram para uma nova compreensão da sociologia no gabinete a partir de meados de 60².

Até 1973, os sete membros do 1.º GIS haviam estado na origem de mais de 80 artigos na *Análise Social*. José Pires Cardoso nunca publicou qualquer texto na

1 NUNES, Adérito Sedas, «Histórias, uma história...», pp. 47-55.

2 Idem, *op. cit.*, pp. 39-40.

revista do GIS. Até ao mesmo n.º 40, os 17 investigadores que permitiram, a partir de meados da década de 1960, a formação do 2.º GIS já eram responsáveis por mais de 50 trabalhos.

Estas transformações no GIS são acompanhadas de modificações nas escolas em que Sedas Nunes exercia funções. Primeiro, no IES (1965) e, depois, no ISCEF (1970), são feitas mudanças nos planos de estudos e é inaugurado um segundo período de docência do ainda subdirector do GIS, passando a ser responsável por cadeiras de Introdução e de Metodologia das Ciências Sociais. Seguir-se-iam profundas transformações institucionais naquelas escolas.

Assim, o IES dá lugar ao ISCTE em 1972 e têm lugar importantes alterações no Instituto Superior de Economia, a nova designação que é adoptada para o ISCEF, e mesmo no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU). São aprovados os planos de estudos para os bacharelatos em Economia, Organização e Gestão de Empresas e Ciências do Trabalho, assim como as licenciaturas em Economia, Ciências Sociais, Ciências do Trabalho, e Organização e Gestão de Empresas, que funcionariam nas três instituições. À diferença do IES, dependente do Ministério das Corporações e Previdência Social, o ISCTE ficaria na dependência do Ministério da Educação Nacional, assim como o ISCSPU¹.

No ISCTE têm lugar os bacharelatos e as licenciaturas em Organização e Gestão de Empresas e em Ciências do Trabalho. Este último curso daria lugar, em «assembleia geral de escola» e uma vez «reconhecida validade à experiência pedagógica realizada», à licenciatura em Sociologia após o 25 de Abril. Todavia, a organização curricular e a orientação pedagógica de Ciências do Trabalho já significavam, na prática, um curso de Sociologia, cuja designação, no entanto, não merecia aprovação por parte do poder político. Já depois da transição democrática, este último curso seria transformado na primeira licenciatura em Sociologia numa instituição pública portuguesa².

Em todos os referidos cursos de 1972, o plano de estudos era comum para os dois primeiros anos e incluía as cadeiras Introdução ao Estudo das Ciências Sociais e Metodologia Geral das Ciências Sociais. Sedas Nunes seria o responsá-

vel pelas respectivas equipas de docentes, compostas por membros do 2.º GIS, no Instituto Superior de Economia e no ISCTE¹.

Todas estas alterações, iniciadas em 1965 e concluídas em 1972, permitiram a introdução das modernas ciências sociais na Universidade em Portugal. Esta estratégia seria concretizada nos cursos no ensino superior e numa instituição especializada na promoção da investigação científica. O ISCTE e o 2.º GIS são os contextos privilegiados por Sedas Nunes. Para confirmar este conjunto de transformações, a *Análise Social* iniciara, em 1972, a sua 2.ª série. Os meios de divulgação dos trabalhos do gabinete já tinham sido alargados, com o lançamento, em 1969, das colecções do GIS².

Só depois da transição democrática em Portugal é que os objectivos de Adérito Sedas Nunes seriam, formalmente, concluídos. A licenciatura em Sociologia no ISCTE seria o primeiro passo. Para além de funções docentes (professor catedrático, 1973-1981), Sedas Nunes seria sucessivamente subdirector e presidente do Conselho Directivo (1973-1974), e, posteriormente, presidente do Conselho Científico (1978-1981) do ICSTE. A criação do ICS, em 1982, seria a derradeira etapa. Estavam criadas as condições estruturais mínimas para o desenvolvimento das ciências sociais em Portugal.

O ICS

Em 1982, o ICS contava com pouco mais de 20 investigadores. Somente oito tinham passado pelo GIS antes de Abril de 1974. Em 2011, possui 78 investigadores com doutoramento. Em cerca de duas décadas, o figurino do instituto foi profundamente modificado. Em 2002, adquire o estatuto de Laboratório Associado. No ano seguinte são inauguradas as actuais instalações. Durante mais de duas décadas, o ICS situara-se na proximidade das duas instituições que tinham sido conexas ao funcionamento do GIS: o Instituto Superior de Economia e Gestão (ex-ISCEF/Instituto Superior de Economia) e, sobretudo, o ISCTE.

Para assinalar a criação do ICS, o 70.º número da *Análise Social* dá início à sua 3.ª série. Ainda nesse ano e no subsequente, dois volumes triplos da

1 Decretos-lei n.º 520/72 (cursos) e 522/72 (criação do ISCTE), de 15 de Dezembro. Também «20 anos do ISCTE. Dossier», *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, 1993, pp. 175-229.

2 Decreto regulamentar n.º 10/78, de 5 de Abril. A referida «experiência pedagógica» enquadrava-se no art.º 7.º do decreto-lei n.º 225/74, de 28 de Maio, e o seu reconhecimento correspondia à exigência do art.º 16.º do decreto-lei n.º 769-B/76, de 23 de Outubro: «quaisquer novos cursos do ensino superior terão de ser aprovados por decreto». NUNES, Adérito Sedas, «Histórias, uma história...», pp. 45-46.

1 LIMA, Marínus Pires de. «O inquérito sociológico: problemas de metodologia», *Análise Social*, 35/36, 1972, p. 558; Idem, «Metodologia do inquérito sociológico», *Estudos Sociais e Corporativos*, 33, 1970, pp. 96-147; ALMEIDA, João Ferreira de, e PINTO, José Madureira, «Teoria e investigação empírica nas ciências sociais», *Análise Social*, 42/43, 1975, n.º 1, p. 365.

2 Colecção *Análise Social* (3 números entre 1969 e 1972; em 1977 e em colaboração com a Editorial Presença, seria retomada, com a publicação de trabalhos elaborados no GIS) e *Cadernos GIS* (13 números entre 1973 e 1974).

prestigiada revista de ciências sociais, operando num panorama que se encontrava em profunda transformação¹, permitiam dar à estampa o último colóquio que o GIS organizara, ainda em Dezembro de 1981, sobre a Formação de Portugal Contemporâneo: 1900-1980 (n.º 72/73/74, 1982, e n.º 77/78/79, 1983). Na ocasião, foram efectuadas 79 comunicações e estiveram envolvidos 350 investigadores e docentes em ciências sociais, muitos dos quais estrangeiros. Completara-se um ciclo que, desde os anos 60, colocara Portugal como eixo estratégico da análise dos membros do GIS.

Na sequência da Lei de Autonomia Universitária (lei n.º 108/88, de 24 de Setembro), seriam elaborados novos estatutos da Universidade de Lisboa e do próprio ICS (14 de Setembro de 1990). Tinha início um novo período, no plano da formação pós-graduada de investigadores em ciências sociais e da desconcentração das funções de direcção científica, administrativa e da *Análise Social*. Adérito Sedas Nunes, que exercera em simultâneo a direcção científica, administrativa e da revista, cedia o lugar a, respectivamente, Manuel Villaverde Cabral, Maria Filomena Mónica e Manuel Braga da Cruz, todos ainda provenientes do tempo do GIS. Para assinalar o novo ciclo do instituto, tinha início, em 1991, a 4.ª série da *Análise Social*, com o n.º 110. No final de 2010, era publicado o n.º 197. Em 1998, é criada uma editora institucional, a Imprensa de Ciências Sociais. Conta com quase duas centenas de obras publicadas.

No âmbito da formação pós-graduada, os mestrados e os doutoramentos do ICS envolveram, desde 1995, mais de uma centena de investigadores. No início de 2011 tinham sido conferidos diplomas a 64 mestres em Ciências Sociais (1995-2007), 21 em Política Comparada (2006-2010) e 16 em Antropologia Social e Cultural (2008-2010); e a 28 doutores em Ciências Sociais (2000-2010), nas especialidades de Sociologia Geral (11), Sociologia Histórica (três), Sociologia Política (cinco) e Antropologia Social e Cultural (nove). Na mesma data, frequentam os programas de doutoramento do ICS, nalguns casos em regime de cooperação com outras instituições de ensino superior, que não apenas portuguesas, mais de 90 candidatos².

No primeiro número de *ICS News* (2007), o então recentemente eleito presidente do Conselho Científico do ICS, Jorge Valá, notava a significativa expansão que, desde o início da década de 2000, o ICS tinha realizado. Prestes a alcançar

o n.º 200 da *Análise Social*, o volume formativo, a interdisciplinaridade dos seus membros (privilegiando e entrecruzando áreas como a Sociologia, a Economia, a História, a Antropologia, a Ciência Política, a Psicologia Social, etc.) e as estruturas organizacionais de suporte, não desmerecem a ambição e a persistência do seu principal estratega, entre 1962 e 1991.

1 Cruz, Manuel Braga da, «Novas revistas de ciências sociais em Portugal», *Análise Social*, 91, 1986, pp. 429-31.

2 <http://www.ics.ul.pt/instituto/?ctmid=5&mnid=1&ln=p&mm=2>; <http://www.ics.ul.pt/instituto/?doc=31905023669>; <http://www.ics.ul.pt/instituto/?doc=31905023758&ln=p&mm=5&mnid=6&ctmid=1>; <http://www.ics.ul.pt/instituto/?doc=3190334534&ln=p&mm=5&mnid=4&ctmid=1> [Consult. Fevereiro de 2011].